



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

PROCESSO: 32914/2006

ASSUNTO: Aposentadoria.

PARECER Nº 0158/2011-CF

EMENTA: Aposentadoria por invalidez. Reversão. Aplicabilidade do art. 191 da Lei nº 8112/90 aos proventos das aposentadorias proporcionais fundamentadas na EC nº 41/2003. Decisão do TCDF nº 8027/09 (proc. 17442/08) pela não aplicabilidade. Entendimento divergente deste MPC/DF, pela aplicabilidade. Matéria decidida na Corte. Ressalvas. Diligência.

Tratam os autos da aposentadoria por invalidez não qualificada, acumulada com reversão à atividade de Marcos Alves de Carvalho, no cargo de professor, classe B, etapa 03-BE.

2. Manifesta-se preliminarmente a 4ª ICE:

4. Na instrução pretérita (fls. 02/06), a discussão girou em torno do cálculo indevido dos proventos do servidor, haja vista não ter sido providenciado pela jurisdição, em tempo hábil, o ajuste do SIGRH às inovações introduzidas pela Lei nº 10.887/2004, que remetia o cálculo dos proventos à aplicação da média aritmética. Fora destacado que o servidor continuava percebendo seus proventos calculados proporcionalmente (8/35 avos), com discriminação de todas as parcelas, embora a concessão tivesse sido já na vigência da Lei nº 10.887/2004.

5. Nada obstante, foi sugerida a legalidade do ato, com recomendação à jurisdição para a correção dos proventos junto ao sistema SIGRH e o levantamento das importâncias recebidas a mais pelo servidor, com dispensa de ressarcimento até a Decisão nº 6987/2006, exarada no Processo nº 3.337/04.

6. O então Relator do feito, Conselheiro Jorge Caetano, ao vislumbrar a possibilidade de aplicação da regra do artigo 191 da Lei nº 8.112/90 às aposentadorias com proventos proporcionais, calculados pela média aritmética simples, quando inferiores a 1/3 (um terço) da remuneração percebida na atividade, votou no sentido de que: "I - determine à 4ª ICE



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

elaborar estudo e projeto de decisão normativa, em autos apartados e em regime de urgência, quanto à aplicação do art. 191 da Lei nº 8.112/90 às aposentadorias com proventos proporcionais que sejam inferiores a 1/3 da remuneração do servidor na atividade, concedidas com fundamento na Emenda Constitucional nº 41/2003 e calculadas de acordo com o art. 1º da Lei nº 10.887/2004;

II - sobresteja a apreciação dos processos de concessão de aposentadoria nas condições citadas e de pensão dela decorrente, até decisão final do Tribunal sobre a matéria, uma vez que poderão advir reflexos na fundamentação legal dos respectivos atos concessórios;" posicionamento acolhido pelo Tribunal, nos exatos termos da Decisão nº 2725/2008 (fl. 19).

7.Registre-se que a matéria levantada pelo digno relator foi discutida nos autos do Processo nº 17.442/2008, sendo proferida a Decisão nº 8027/2009 "no sentido de ser inaplicável o art. 191 da Lei nº 8.112/90 aos proventos calculados na forma definida no art. 1º da Lei nº 10.887/04."

3. Outro é o entendimento deste MPC/DF, pedido licença para lembrar parte do bem fundamentado parecer nº 950/2009-IMF, do então ilustre Procurador Inácio Magalhães, que reflete o pensamento desta Procuradora a respeito do tema ora abordado:

Ementa:

Estudos especiais. Aplicação do artigo 191 da Lei nº 8.112/90 às aposentadorias proporcionais, com fundamento na EC nº 41/03. Minuta de decisão normativa. Parecer favorável da Consultoria Jurídica da Presidência do TCDF, com acréscimo. Sugestões da DIPLAN. Superveniência da Decisão-TCDF nº 5859/08. Não-repercussão nas minutas constantes do feito. Apresentação de alternativas de decisão pelo relator. Aplicabilidade do art. 191 da Lei nº 8.112/90. Proventos não inferiores a um terço da média a que se referem os §§ 3º e 17 do art. 40 da CF.

(...)

10.Com a edição da Emenda Constitucional nº 41/03, o regime previdenciário dos servidores públicos ganhou nova roupagem, com a inclusão do princípio da solidariedade¹. Os regimes públicos agora, pois, revestem-se, além de contributividade, também de solidariedade. Neste contexto, o princípio da solidariedade justifica que um grupo de pessoas sejam jungidas a um vínculo inafastável,

¹ Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA

independentemente de contribuição. Criou-se assim um modelo híbrido, cuja natureza jurídica contempla não só os princípios da contribuição e da solidariedade, mas também a subsunção compulsória a um estatuto jurídico.

11. Veja-se o exemplo do servidor público que é aposentado compulsoriamente aos setenta anos (art. 40, § 1º, II, CF). Ora, se o regime fosse apenas contributivo e solidário, qual a razão para se exigir a compulsoriedade da aposentadoria ao servidor público ainda rijo e são. Isto se justifica, em verdade, pela presença de outras regras que se lhe aplicam, ainda que fora da órbita pura dos princípios citados. Regras contidas no estatuto próprio. Note-se que no RGPS, de caráter eminentemente contributivo, não existe aposentadoria compulsória.

*12. Em face da mitigação do princípio contributivo é que se tem aplicável o artigo 191 da Lei nº 8.112/90 às aposentadorias por invalidez simples e compulsória (onde a invalidez é presumida em função da idade), como uma espécie de garantia adicional prevista pelo sistema jurídico próprio atribuído ao servidor público, em contraposição à obrigatoriedade da inativação. A propósito, acerca da presunção de invalidez, Maria Sylvia Zanella Di Pietro² anota que a aposentadoria compulsória (em que **a invalidez é presumida**) ocorre aos 70 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
(...)*

22. À guisa de conclusão, esse Ministério Público acredita que o Tribunal deve, preliminarmente, optar pela alternativa que considera ainda vigente o artigo 191 da Lei nº 8.112/90 no ordenamento jurídico pátrio, cuja complementação dos proventos, em aposentadorias calculadas de acordo com a Lei nº 10.887/04, deverá ser até 1/3 (um terço) da média aritmética simples das maiores remunerações do servidor. In casu, o conceito de remuneração entendido como o valor legal a que fizer jus o servidor e não, necessariamente, o valor da última remuneração do cargo efetivo ocupado.

4. No entanto, conforme já informado, outro foi o pensamento vigente na Casa, decidindo pela inaplicabilidade do dispositivo. Assim, considerando matéria já abordada pelo TCDF, nesta oportunidade apenas ressalvo entendimento.

² Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2003, p. 471.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA SEGUNDA PROCURADORIA**

5. Em complemento, entende a instrução pela necessidade de novo retorno em diligência para os fins especificados às fls. 25/26. Nestes termos, pode-se acatar o proposto pela 4ª ICE.

É o parecer.

Brasília, 25 de fevereiro de 2011.

CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA
Procuradora MPC/DF